



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Curso de Graduação de Ciência Política

DIREITO POLÍTICO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL:
A intencionalidade na negação do direito ao voto dos analfabetos.

Nakiely da Costa Arantes

Brasília,
2018

NAKIELY DA COSTA ARANTES

DIREITO POLÍTICO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL:

A intencionalidade na negação do direito ao voto dos analfabetos.

Projeto apresentado ao Instituto de Ciência Política,
da Universidade da Brasília, como requisito para
Conclusão do Curso de Bacharelado em Ciência
Política.

Orientador: Marcos Vinícius Lustosa Queiroz,
Doutorando em Direito pela Universidade de Brasília.

BRASÍLIA,

2018

Resumo: O trabalho pretende analisar o direito ao voto no Brasil, apontando a máxima de que a exclusão do direito ao voto dos analfabetos também é uma questão de cor, no qual o analfabetismo foi um dos subterfúgios utilizados pelas elites políticas como a finalidade de negar a cidadania à população negra. Ademais, o medo foi transfigurado em leis e medidas constitucionais como forma de exercer o controle social da população negra. Por fim, com a análise dos discursos da Constituinte em 1988, objetiva-se apontar que embora os analfabetos tenham adquirido direito ao voto, a negação de cidadania da população negra foi mais uma vez negligenciada nos discursos políticos como forma de manutenção do establishment.

Palavras chave: analfabetos, cidadania, voto, população negra, Constituição de 1988, controle social, establishment.

Abstract: This work intends to analyze the right to vote in Brazil, presenting the exclusion of the right to vote from illiterates that is also a matter of color, which illiteracy was one of the subterfuges used by political elites as the purpose of denying citizenship to the black population. In addition, the fear was transfigured into constitutional laws and measures as a way of exercising social control over the black population. Finally, with the analysis of the Constitutional discourses in 1988, it is pointed out that although the illiterate have acquired the right to vote, the citizenship denying of the black population was once again neglected in political discourses as a way of maintaining the establishment.

keywords: illiterate, citizenship, vote, black population, 1988 Constitution, social control, establishment.

Agradecimentos

Agradeço à espiritualidade por ter me guiado até aqui.

Agradeço minha família que apesar dos conflitos e idiossincrasias foi capaz de me fazer forte e persistente. Em especial minha mãe, Clarice Ferreira da Costa.

Agradeço aos meus amigos, aos que ainda são presentes e aos que seguiram por outras estradas. Meu afeto incondicional a Abayomi Mandela, Daniela Nunes, Jéssica Amorim, Lorena Monique, Paulo Victor Machado e Rodrigo Amaro. Obrigado por contribuírem para que a melhor parte de mim sempre floresça.

Ao meu orientador e amigo pessoal Marcos Queiroz, se não fosse pelo seu incentivo, afeto e sua mente brilhante eu não teria desenvolvido com tamanha assertividade e presteza esse trabalho.

Ao Ministério da Fazenda, em nome de Bruno Travassos e Magda Cordeiro, ao primeiro pela oportunidade de me permitir desenvolver meu trabalho na Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministério, apesar dos obstáculos. E a segunda, pelo carinho maternal e incentivo ao meu crescimento profissional. Gratidão.

Ao Geac – Grupo de Estudos Afro Centrados –, que me ensinou significado de quilombo, obrigado por ter me trazido experiências tão singulares de afeto e resistência. Obrigado por ter sido semente e fruto.

Por fim, agradeço aos que vieram antes de mim e que lutaram para que o ensino superior pudesse ser realidade aos negros e negras nesse país.

“Não há nada melhor do que a adversidade. Cada derrota, cada mágoa, cada perda, contém sua própria semente, sua própria lição de como melhorar seu desempenho na próxima vez.” (Malcom X)

Sumário

Introdução	7
Capítulo I - Agitações Políticas e Tensões Sociais em Torno dos Direitos da População Negra.....	8
NEGRITUDE E ANALFABETISMO, DUAS FACES DA MESMA MOEDA.....	9
CAP II - O medo que há no silêncio.....	16
Capítulo III - A emergência do voto negro.....	21
Considerações Finais	33
Referências Bibliográficas	35

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasce da necessidade de pensar dentro da Ciência Política o impacto do voto. Estudar o direito ao voto da população negra no Brasil parte da busca por entender como o peso do voto negro ainda é emergente no país, mesmo a população de pretos e pardos sendo maioria na população. Isso pode ser explicado pela negação de cidadania da população negra no Brasil após o período escravista, mas principalmente com o início da República, onde as elites dominantes utilizaram como subterfúgio racial a negação do direito político aos analfabetos, como forma de excluir a população negra.

Esta monografia foi dividida em três capítulos. No primeiro, é feita uma reconstrução histórica da negação do voto aos analfabetos entrelaçando essa narrativa com a discussão racial. A partir das análises realizadas é possível perceber que a exclusão dos analfabetos do direito político também foi uma exclusão de cor.

No segundo capítulo, aponto para o fato de que a discriminação racial está na gênese de várias práticas legislativas brasileiras, como forma de controle social da população negra, advindo do medo da universalização da cidadania no Brasil, tendo como pano de fundo insurgências negras locais e internacionais, como a Revolução Haitiana. Dessa forma, a Lei Saraiva, Lei de Terras, Lei de Vadiagem, são exemplos da intencionalidade da branquitude em cercear a cidadania plena à população negra no Brasil.

No último capítulo foi feita uma análise dos discursos durante a Assembleia Constituinte de 1988: com isso objetiva-se explorar a invisibilização das discussões raciais no que diz respeito ao direito ao voto. Observa-se como cidadania, raça e voto, não foram temas abertamente discutidos pelos parlamentares, que ao não reconhecer a importância histórica das chagas da escravidão e suas consequências, acabam por não potencializar a cidadania negra no Brasil. Os poucos parlamentares que trazem à baila essa questão são incapazes de discutir em profundidade as tensões raciais em um país de maioria negra.

Por fim, esse estudo aponta para a superficialidade dos debates políticos raciais no Brasil, no que diz respeito ao reconhecimento das tensões existentes e da importância política que o voto da população negra possui no sistema eleitoral no Brasil. Os resultados deste trabalho nos convida a imaginar a construção de um país em que a cidadania negra não seja motivo de disputa, mas sim um direito, apontando *a priori* interrogações sem respostas como: Se o reconhecimento da cidadania negra através da negação do voto não tivesse ocorrido, como seria a sociedade brasileira no século XXI?

CAPÍTULO I - AGITAÇÕES POLÍTICAS E TENSÕES SOCIAIS EM TORNO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO NEGRA

Em seu trabalho *Constitucionalismo Brasileiro e o Atlântico Negro*, Queiroz discute o medo da elite branca em relação às insurgências que estavam acontecendo no Brasil no início do século XIX, com características similares aos da Revolução Haitiana. Essa informação nos vale para afirmarmos a existência de um temor por parte da elite brasileira sobre uma possível construção de um estado-negro independente no Brasil tal qual como ocorreu no Haiti.

O Haitianismo também conhecido como Revolta de São Domingos (1791-1804), foi um movimento que ocorreu na colônia de Saint-Domingue que “desembocou na declaração do primeiro Estado Independente construído por ex-escravos e negros libertos em janeiro de 1085.” (QUEIROZ, 2017, pg. 67). Esse evento é sintomático nessa análise para ajudar a pensar como o medo da insurgência de um movimento similar a esse no Brasil fez com que a elite política se articulasse para evitar um processo correlato que culminasse na constituição de direitos da população preta decorrente da construção de um estado negro independente, como ocorreu no Haiti.

Esse contexto histórico nos ajuda a compreender as tensões raciais existentes no Brasil na passagem do século XVIII para o século XIX. Os conflitos gerados pela onda negra através de rebeliões no Brasil, como por exemplo, a Revolução Pernambucana (1817), despertaram na sociedade escravocrata um sentimento de medo em relação aos gritos por liberdade e direitos que começaram a ecoar no Brasil. O medo do haitianismo despertou na elite branca a busca por estratégias de controle social.

Esse momento histórico é importante para compreendermos que de fato ocorreu uma articulação das elites políticas a fim de negar a cidadania à população negra. A negação do direito ao voto, através de práticas constitucionais excludentes, foi uma das formas que a branquitude utilizou para negar a participação política à população negra.

É dentro desse panorama histórico que se pretende discutir a negação do direito ao voto no Brasil aos iletrados e à população negra como forma das elites manterem o *establishment*. Sendo possível afirmar que as exclusões sociais, bem como a exclusão dos analfabetos do processo político no Brasil foi uma exclusão informada pela cor.

NEGRITUDE E ANALFABETISMO, DUAS FACES DA MESMA MOEDA

A construção histórica que será apresentada nesta seção tem por objetivo demonstrar que desde o Brasil Império a população negra não teve acesso ao voto, sendo que, outras vias que não à utilização direta da raça como critério de exclusão, foram utilizadas para excluir a população negra do direito político, como renda, mendicância e tendo como clímax o analfabetismo.

No Brasil Colônia do século XVI ao século XIX, a vida administrativa de Portugal e de suas colônias era regulamentada pelas Ordenações do Reino. A mais duradoura dessas regulamentações foi a Ordenações de Filipinas, de 1603, que vigorou durante o período colonial Brasileiro, e apontava segmentos sobre eleições para cargos da administração das vilas das cidades, para cargos como juiz ordinário, vereador e procurador. As eleições aconteciam de três em três anos e eram indiretas. Os “homens bons” e o “povo” elegiam seus representantes que por sua vez escolhiam os juízes, vereadores e os procuradores. (NICOLAU, pg. 13)

Percebe-se desde esse momento da história do Brasil a existência de critérios como premissa para a participação política. Neste período histórico em específicos, os critérios de participação dividiam-se entre “homens bons” e o “povo”. O “homem bom” precisava preencher determinados requisitos para ter acesso ao voto, tais como: ser católico, casado ou emancipado, ser proprietário de terra e não possuir “impureza de sangue” (NICOLAU, pg. 13).

É possível afirmar que os “homens bons” eram homens não negros, justamente pela utilização do critério de não “possuir impureza de sangue”. No Brasil a discussão sobre eugenia e impureza racial ficou conhecida através das ideologias científicas que buscaram justificar a escravidão afirmando uma suposta “superioridade” biológica de brancos sobre negros. Séculos mais tarde a tentativa de embranquecimento da população brasileira veio através da política de imigração que teve como pressuposto a miscigenação, como pintou com sensibilidade Modesto Brocos, em 1895, no quadro *Redenção de Cam*.

Sobre a formação do pensamento racial brasileiro, Betúlio aponta que Arthur Gobineu foi um dos expoentes da consolidação da ideologia arianista, embora contrário a miscigenação como a ocorrida no Brasil, pois segundo ele a raça branca era dominante e deveria se manter pura. Nina Rodrigues, um dos expoentes do pensamento “cientificista”, internaliza e reproduz a concepção de degenerância do mestiço, ou seja, do “sangue impuro” resultado do cruzamento entre a raça branca e negra. (BERTÚLIO, 1989). Constata-se então, a construção de um imaginário social e político desumanizador sobre a negritude. Dora Bertúlio, ajuda a endossar

essa análise e sedimenta o pensamento da época apontando o real intuito da miscigenação do Brasil.

A constatação da população brasileira negra e mestiça era irrecusável. Neste sentido, surgem vários intelectuais literatos reivindicando para o Brasil sua mestiçagem “promissora”, onde as qualidades que a raça branca transmitirá à raça negra, se entrelaçariam com a alegria e musicalidade desta, numa fusão perfeita. O mestiço é o homem brasileiro. É também uma grande virada no tratamento da sociedade brasileira para com o negro. Na verdade, embora se há de reconhecer um esforço dessas elites em admitir o negro e o índio na formação do brasileiro, a mestiçagem admitida tem um objetivo fixo, próximo e “salutar”: eliminar a população negra do Brasil. (BERTÚLIO, 1989, pg. 45)

A naturalização do pensamento sobre a suposta superioridade dos brancos só foi desmistificada, embora ainda inerente na construção social e institucional no Brasil, pela Unesco em 1950. No entanto, a construção de um imaginário racializado fomentou no Brasil um sentimento de dominação de negros por brancos que nem mesmo a abolição foi capaz de superar.

Dando continuidade à discussão sobre o acesso ao voto, no Brasil Independente, o direito ao voto foi estabelecido pela Constituição de 1824. E como já dito anteriormente, para poder votar nas eleições, era necessário ser homem e não ser negro. Digo isso porque os limites constitucionais aplicados na época, automaticamente excluía a população negra da participação política. Vejamos:

Constituinte de 1824:

Art. 91. Tem voto nestas eleições primárias:

- 1º) Os cidadãos brasileiros, que estão no gozo de seus direitos políticos.
- 2º) Os estrangeiros naturalizados.

Art. 92. São excluídos de votar nas assembleias paroquiais:

- 1º) Os menores de 25 anos, nos quais se não compreendem os casados e oficiais militares que forem maiores de 21 anos, os bacharéis formados e clérigos de ordens sacras.
- 2º) Os filhos-famílias que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem ofícios públicos.
- 3º) Os criados de servir, em cuja classe não entram os guarda-livros e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da casa de comércio, os criados da casa imperial que não forem de galão branco e os administradores das fazendas rurais e fábricas.
- 4º) Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral.
- 5º) Os que não tiverem renda líquida anual 100 000 por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Nas eleições secundárias:

“Art. 93. Os que não podem votar nas assembleias primárias de paróquias não podem ser membros nem votar na nomeação de alguma autoridade efetiva nacional ou local. Art. 94. Podem ser eleitores e votar na eleição dos deputados, senadores e membros dos conselhos de província, todos os que podem votar na assembleia paroquial. Excetua-se:
1º) Os que não tiverem de renda líquida anual 200 000 por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego.
2º) Os libertos.

Aqui é importante realizar um exercício de lógica que nos leva a um resultado nada surpreendente e já esperado: desde o Império a população negra esteve privada do direito político. A escravidão no Brasil começou em meados do século XVI. Africanos não foram naturalizados como estrangeiros, o trabalho escravo era desumanizante e não assalariado bem como o trabalho dos criados de servir que também não recebiam renda e por isso não possuíam direito ao voto.

Não houve censo demográfico antes de 1872 no Império e por isso ficamos impossibilitados de comprovar a quantidade de pretos libertos, e mesmo que tivesse em quantidade expressiva, o critério de renda seria mais uma vez um obstáculo limitante e excludente para o acesso ao voto.

Já em um segundo momento, foi a Lei Saraiva que institucionalizou a restrição do voto do analfabeto e mais uma vez assegurou a restrição da participação política. Houve, por isso, a prática política de silenciamento sobre a discussão racial na construção das legislações brasileiras. Não houve discussão alguma sobre a integração do negro na sociedade, e o pensamento político da época resultou na produção de leis não inclusivas, em um Brasil de maioria negra (QUEIROZ, 2017).

Em 1879, Dom Pedro II, pressionado por um contexto político em que existiam fortes cobranças legislativas para a realização de eleições diretas, convocou o Visconde João Lins Vieira Cansação de Sinimbu para presidir um gabinete liberal, tendo como tarefa introduzir o voto direto no Brasil através de um projeto que previa a reforma eleitoral por meio da modificação da Constituição de 1824. O projeto duplicava o mecanismo restritivo da renda mínima para que alguém pudesse se tornar eleitor e propunha a exclusão do direito ao voto aos analfabetos. (LEÃO; FERRARO, 2012, pg. 242).

Naquele tempo foram feitos discursos com o intuito de justificar por que a condição de analfabeto incapacitaria o acesso ao voto. Como posto por Leão e Ferraro, alguns dos argumentos apontados na época identificavam o analfabetismo como indicativo de *“ignorância, de cegueira, de pauperismo, de falta de inteligência e discernimento intelectual, e por tudo isso incapacidade política”* (LEÃO; FERRARO, 2012, pg. 242).

Em 1879, após a revisão do Senado que alegou inconstitucionalidade sobre o projeto e também devido a desentendimentos entre a Coroa e o Senado, a Lei Sinimbu foi rejeitada, mas em 1880, José Antônio Saraiva foi encarregado pelo Imperador de organizar um novo Ministério e realizar uma reforma eleitoral. Saraiva apresentou novamente o projeto apontando que para que os analfabetos pudessem votar, não haveria necessidade que soubessem ler e escrever, mas apenas para dar regularidade às eleições era necessário que o eleitor soubesse assinar os documentos eleitorais (LEÃO; FERRARO; pg. 243), sendo essa mais uma forma implícita de exclusão pela via indireta.

A Lei Saraiva vigorou por mais de um século no Brasil e todas constituintes após 1879 não a revogaram. Pode-se afirmar por isso que perdurou no Brasil um sentimento consensual sobre a incapacidade do analfabeto de realizar de forma efetiva sua participação política. Apenas em 1988, em um contexto pós-ditadura militar onde o Brasil passava por um processo de reconfiguração política e social, a nova Constituição sancionou o direito ao voto aos iletrados.

Com o início da primeira República no Brasil 1889-1930, foi promulgado um decreto que aboliu a restrição econômica para votar, com isso poderia ter havido uma abertura mesmo que ínfima para que a população negra passasse a ter direito ao voto. Porém, com a proibição do voto aos analfabetos previsto expressamente na Lei Saraiva, a população negra não tendo acesso à educação e consequentemente não sabendo ler e escrever, encontrava-se, a partir da República, em uma situação de restrição em relação ao direito ao voto. (NICOLAU, pg. 46)

Um ponto importante que precisa ser ressaltado é a participação feminina com acesso ao voto. Embora a constituinte de 1981 não impedisse o voto feminino, Jairo Nicolau aponta que *“a carta de 1891 não vetava, em nenhum de seus artigos, o direito ao voto das mulheres. Não havia necessidade de fazê-lo, pois a política no século XIX era pensada como uma atividade eminentemente masculina”*. (NICOLAU, 2012, pg. 53).

Além das restrições já mencionadas, em 1891 um critério adicionado às restrições chama atenção e pode ser interpretado como mais um obstáculo racial que apesar de não fazer menção à raça tem como resultado prático a exclusão da população negra do acesso ao voto. Eis aqui mais uma forma de garantir que a população negra não tivesse acesso ao voto, dessa vez os mendigos estavam restritos a votar. Como aponta a Constituição de 1981.

“§ 1º Não podem alistar-se eleitores para eleições federaes, ou para as dos Estados:
1º Os mendigos;
2º Os analfabetos;
3º As praças de pret, exceotuando os alunmos das escolas militares do ensino superior;”

Dora Bertúlio (1989) aponta evidências que permitem cruzar a situação de mendicância com raça, e por isso pode-se afirmar que a maioria da população em estado de mendicância, no Brasil pós-abolição, era formada por pessoas negras, logo grande parte da população negra mais uma vez estava excluída da participação política. Vejamos:

“Dada a proximidade da abolição e sabendo-se que quando ocorreu a extinção do trabalho escravo os indivíduos que passaram para a condição livre foram preteridos para o trabalho livre e substituídos por imigrantes, é de se inferir que a maioria da população ex-escrava estava em situação de mendicância.” (BERTÚLIO, 1989, pg. 158)

Clóvis Moura, em *Rebeliões de Senzala* (1981), também nos dá suporte em nossa posição de que negros não tinham acesso ao voto. Já que segundo este autor, em 1882, nas seis principais províncias do país, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro, pôde-se constatar que a população negra mesmo na condição de ex-escravizados, encontrava-se em condição de mendicância e desta forma não tinham garantidos para si o direito ao voto.

“Trabalhadores livres: 1.433.170
Trabalhadores escravos: 656.540
Desocupados: 2.822.583.”

“Os desocupados eram ex-escravos marginalizados que depois iriam ingressar na faixa dos servos que aumentariam progressivamente no Brasil (MOURA, 1981, pg. 50)

O Código Eleitoral de 1932 introduziu duas mudanças a este cenário: Uma foi a extensão do sufrágio às mulheres e a outra a obrigatoriedade do voto. A primeira mudança que embora não tenha sido mencionada por Jairo Nicolau, veio através da militância promovida por Bertha Lutz no movimento feminista, não sendo mera iniciativa do governo. O Código Eleitoral estabeleceu sanções para eleitores que não fossem alistados e os analfabetos continuavam excluídos do processo eleitoral.

Ainda como marco da continuidade do imaginário político racista no Brasil, o pensamento sobre o direito ao voto dos analfabetos ainda era similar ao do Brasil Imperial. Vejamos o discurso do jurista João Cabral, um dos redatores do Código de 1932.

“são óbvios os motivos pelos quais devemos manter a exclusão dos analfabetos do exercício do voto. Eles não poderão expressá-lo como quer a ciência e as técnicas eleitorais. Admiti-los seria quebrar os princípios fundamentais do sigilo, e portanto, a liberdade do voto”. (NICOLAU, 2012, pg.77)

Do fim do Estado Novo ao golpe militar (1945-1964), quanto a definição de quem poderia ter acesso ao voto, ainda estavam excluídos dos direitos políticos os analfabetos, os eleitores menores de 18, os mendigos e os cidadãos privados de direitos políticos (NICOLAU, pg. 93). E a manutenção da noção de incapacidade do analfabeto de exercer seu direito ao voto ainda era um estigma imperial não superado, como pode-se verificar na fala do jurista Carlos Maximiliano em 1948.

“Pode o analfabeto ser opulento e ativo, mas falta-lhe, entretanto, meio de acompanhar atentamente a marcha dos negócios e até o de verificar a exatidão da cédula fornecida por outra pessoa e por ele depositada na urna eleitoral.” (NICOLAU, 2012, pg. 94)

Apenas em 1985 a emenda nº 25 estabeleceu a idade como o único critério para definir quem poderia ou não ser eleitor, o que foi confirmado pela Constituição de 1988. Discutir o acesso ao voto no Brasil é discutir a configuração do espaço político em um espaço historicamente branco e masculino, que através de discursos “não racializados” em uma sociedade de maioria negra, foi capaz de excluir o direito ao voto à população negra utilizando de vários subterfúgios que não fosse explicitamente o uso do marcador racial. É inocente afirmar que a branquitude não sabia o que estava fazendo. Ela sabia exatamente no que consistiu durante séculos a exclusão do direito ao voto dos analfabetos: a não representatividade política e a sub cidadania da população negra.

Outro aspecto importante a ser salientado é a possibilidade de cruzar os dados de analfabetismo e raça no Brasil, apontando para mais uma evidência de que os negros no Brasil eram em sua maioria analfabetos. Isso é um pensamento especulativo, mas realista, já que os dados sobre educação no Brasil Império são omissos. É possível pensar que desde o Brasil Império a população negra esteve cerceada de todo os direitos, inclusive a educação, por isso é possível afirmar com certo grau de certeza a existência de um alto índice de analfabetismo na população negra.

Alencastro e Berquó, afirmam que a partir da promulgação da nova carta constitucional de 1988, pardos e pretos analfabetos haviam obtido seu título eleitoral em maior proporção que os não-negros analfabetos, segundo eles:

“Há, portanto, uma real “demanda de cidadania” entre iletrados em geral, manifestada com maior impulso entre os afro-brasileiros, e em particular os pardos.” (BERQUÓ; ALENCASTRO, 1992, pg. 79)

Segundo estudos no PNAD/89 que analisou o perfil do eleitorado brasileiro em relação a posse de título eleitoral, naquele contexto apenas 5,4% da população preta e 35% da população parda possuíam título eleitoral em detrimento de 59% da população branca. Esse é um retrato de um Brasil pós-constituente de 1988, onde os analfabetos finalmente passam a ter acesso ao voto e um passado de várias restrições eleitorais resultam no contexto democrático de baixa participação política de negros e pardos.

Esse retrato estatístico no Brasil de 1988, onde todas as constituintes anteriores proibiram o voto dos analfabetos, endossa a afirmação de que os analfabetos no Brasil em sua grande maioria eram pessoas negras, o que comprova que a exclusão do voto do analfabeto no Brasil também foi uma questão de cor.

É a partir dessa perspectiva de análise que se pretende analisar os discursos da Constituinte de 1988. Tendo como pano de fundo a ideia de que o silenciamento da discussão racial nos discursos políticos foi uma estratégia de manutenção do imaginário político elitista e das clivagens raciais no Brasil, caracterizando a subcidadania de pretos e pardos.

CAP II - O MEDO QUE HÁ NO SILÊNCIO

Recuperar o medo como dimensão metodológica não é tarefa fácil, como aponta Célia Azevedo (1987). Mas essa é uma dimensão extremamente importante e necessária para que seja possível avaliar o jogo do legislativo brasileiro, que ao não apontar de forma explícita a dimensão racial em suas discussões, ainda assim afeta concretamente a população negra. Sem contar que outra face desse aporte metodológico nesse trabalho é como aponta Queiroz, *“dar dimensão histórica e sentido a experiências, sentimentos, processos e fluxos costumeiramente não pensados ou articulados nas narrativas hegemônicas.”* (QUEIROZ, 2017, pg. 57)

O medo como aporte metodológico diz respeito, sobretudo, a construção de leis declaradamente não raciais, mas que são travestidas de racialidade, ou seja, são leis que não mencionam a categoria raça, mas que atingem sumariamente a população negra. O medo age como fator implícito nesse processo, atuando na construção de leis que busquem prevenir e controlar a população negra, como foi com medo do haitianismo no Brasil.

Em um país de maioria negra, não discutir politicamente o racismo, a cidadania e o acesso ao voto, em um país historicamente marcado por discursos constitucionais racistas (Queiroz, 2017) com vias a exclusão da população negra dos espaços políticos, configurou-se em mais uma das estratégias de negligenciamento da questão racial no Brasil.

O medo de uma onda revolucionária negra no Brasil foi o que guiou a instituição de leis que pudessem coibir e/ou excluir em grande proporção a população negra dos processos políticos. Ainda no Brasil na transição do século XIX para o XX havia um medo constante das elites de que a luta dos escravos tivesse um caráter internacionalista, como aponta Chalhoub. O fantasma desse período era o Haitianismo e as convulsões e tensões sociais promovidas por ele:

“A luta dos negros pela liberdade não parecia ter fronteiras, e não é difícil imaginar a apreensão causada por notícias como estas numa sociedade cuja metade da população aproximadamente era constituída por escravos durante a primeira metade do século XIX.” (CHALHOUB. 1988, pg. 88)

Chalhoub aponta que em 1880 havia um sentimento consensual entre os políticos de que as atrocidades da escravidão havia legado à posterioridade “uma nação de libertos inconscientes” que precisavam ser integrados à sociedade (CHALHOUB, pg. 85).

Essa integração, contudo, só era passível de acontecer sob o olhar e controle social da população negra por parte das elites, que se deu também através da política imigracionista no Brasil. Essa política foi baseada na substituição de mão de obra negra pela mão de obra branca,

fixada em pressupostos ideológicos de que o branco europeu era “superior” ao negro, e por isso o “tipo ideal” de imigrante (AZEVEDO, 1987) a ser trazido para o Brasil.

Historicamente no Brasil o medo da insurreição de uma onda negra (AZEVEDO, 1987) foi um sentimento que fez com que a elite branca, através de um pacto implícito (ALENCASTRO, 2013), ou seja, a conformação intencional das elites políticas com vias a construir leis com a finalidade de excluir a população negra, organizasse mecanismos que pudessem controlar a cidadania negra, processo que ocorreu tanto no Brasil Império como na República.

O sentimento de medo no Brasil Republicano pode ser sentido na fala de Chalhoub:

“O que me espanta, no entanto, é que o medo branco da cidade negra parece ter aumentado com o fim da escravidão e da monarquia. O imperador talvez tenha sido bem sucedido em seus esforços de vender a imagem de defensor da causa da liberdade dos negros. O fato é que os primeiros governos republicanos só souberam exibir a truculência e intolerância em relação à cidadã negra. (...) Agiram em nome da higiene, da moral e dos bons costumes, do progresso, e da civilização. (...) Perseguir capoeiras, demolir cortiços, reprimir a vadiagem, era desferir golpes deliberados contra a cidade negra. Jamais admitiram que também eram movidos pelo medo.” (CHALHOUB, 1988, pg. 104-105)

Célia Azevedo, em *Onda Negra Medo Branco* (1987), reconstrói a formulação histórica do pensamento sobre a ojeriza racial das elites brancas contra a população negra. Discute o projeto imigracionista no Brasil como um projeto político de dizimação da população negra. Segundo as elites políticas da época, a vinda de imigrantes brancos europeus considerados uma “raça superior” tinha dois pressupostos:

1. Substituição da mão de obra negra pela mão de obra branca, deixando a população negra relegada aos trabalhos ainda mais marginalizados; e
2. Dizimação da raça negra através do cruzamento de brancos com negros, nascendo o pardo e o mulato desse processo.

Esse segundo pressuposto pode ser compreendido como sendo parte do processo de branqueamento da população negra, ou seja, através do cruzamento das raças esperava-se que a raça branca se sobrepusesse, obtendo como resultado: a eliminação da população negra, com o nascimento do filho “mestiço”. Esse tipo de política comprova como a elite política já estava articulada e historicamente organizada a fim de desumanizar a população negra em todos os aspectos, processo esse que teve início com a desumanização e com a privação de todos os seus direitos.

É por isso que é possível apontar que a Lei Saraiva e outros mecanismos legislativos, como a Lei de Terras e Código de Posturas, Lei de Vadiagem, tiveram como resultado a exclusão da população negra de espaços tanto sociais quanto políticos.

O Código de Posturas (1830) foi mais uma vertente da marginalização do negro da sociedade de classes (Florestan, 1965), pois *“estabelecia penas de multa e prisão para toda e qualquer pessoa com casa de negócio que comprar objetos, que se julguem furtados, pelo diminuto preço de seu valor e por pessoas que se julguem não possuírem tais objetos.”* (CHALHOUB, 1988, pg. 96). Chalhoub aponta a perspectiva de medo das elites e controle social incutido na vigência desse código.

“O Código de Posturas de 1838 tentava apertar mais esse controle sobre a circulação de objetos presumivelmente furtados por negros escravos ou “suspeitos”. Além de reafirmar a postura acima, ficava determinado que “Ninguém poderá ter casa ou loja de comprar e vender trastes e roupas usadas, vulgarmente chamadas – casa de belchior – sem que assine termo nesta Câmara e não comprar coisa alguma a escravos ou pessoas suspeitas”. É reveladora a fórmula utilizada por esses códigos elaborados por administradores-proprietários em defesa de seus bens – contra os despossuídos dessa sociedade: ou se enquadram na categoria de trabalhadores compulsórios, os escravos, ou caem numa categoria que se vinha ampliando constantemente ao longo do século XIX – ou quem sabe desde muito antes – as “pessoas, que se julguem não possuírem ... objetos”, ou as “pessoas suspeitas”. (CHALHOUB, 1988, pg. 96)

Já a Lei de Terras (1850) no Brasil, teve como iniciativa organizar a propriedade privada. Essa lei elaborada no mesmo ano que a Lei Eusébio de Queiroz, que previa o fim do tráfico transatlântico de escravos, com isso sinalizando o início da abolição da escravidão no Brasil. De forma que a promulgação desta Lei articulada pelos grandes latifundiários da época tinha a intenção de impedir que a população negra se tornasse dona de terras no Brasil. Já que a medida dificultou o acesso à pequena propriedade rural e estimulou a expansão dos latifundiários em todo país, pois a obtenção dos lotes passou a se dar por meio de compra e venda, não mais por posse e cessão. (MENDES, 2009)

A Lei de “Vadiagem” foi mais uma das instituições disciplinadoras promulgada durante a República (1941). Ela aponta mais uma das formas de controle social sobre a população pobre e negra do país. Santos afirma que:

“Para alguns dos autores que investigaram as instituições disciplinadoras que se formaram nos primeiros anos da República, o sistema legislativo e institucional que foi instalado neste período cumpriu um papel de destaque na repressão às classes subordinadas.” (SANTOS, 2004, pg. 138)

Uma análise que abre o olhar sobre o crivo racial intrínseco na lei de “vadiagem” tem destaque, pois como Diniz aponta:

“Brasil, o tema da vadiagem (ou da vagabundagem) se consolida num contexto de liberalismo econômico, virada do século XIX para o XX, que está relacionado à maneira como o país ingressou no mundo do trabalho. Importante apontar, entretanto, que já na sociedade escravocrata havia uma pecha da vadiagem em relação a homens livres e libertos que não encontravam lugar na rígida dicotomia senhor-escravo. Estes não eram apenas (des)classificados pelo trabalho, mas também pela “qualidade” da pessoa, sua origem, seu sangue.” (DINIZ, 2016, pg. 342)

É possível afirmar que as três leis expostas acima são leis com pretensões raciais que tiveram como um único pressuposto: controlar, marginalizar e subalternizar a comunidade negra no Brasil, a excluindo significativamente dos espaços sociais, políticos e de poder. Por esse motivo, a discussão sobre cidadania e inclusão da população negra é importante, sobretudo em um cenário de abertura política como a Constituinte de 1988, já que o passado histórico aponta para estratégias de dominação e subalternização da população negra. Com vistas à democracia, romper com esse imaginário histórico seria de suma importância para dar início à desarticulação das tensões raciais no Brasil. No entanto, os debates superficiais feitos durante a constituinte silenciaram a discussão racial.

As lutas da população negra pelo reconhecimento da cidadania sofreram repressões no país, sendo mais um marcador que sinaliza que qualquer provocação a mudanças no *status quo* social não seria facilmente aceita pela elite dominante. Bertúlio sinaliza que:

“Um exemplo destas pressões da população negra no empenho para conquista da cidadania plena e não apenas legal (formal) a História do Brasil nos traz, embora esse discurso oficial tenha omitido a característica do conflito racial aos fatos. Um exemplo é a Revolta dos Marinheiros ou Revolta da Chibata em 1910. Contada de forma menos comprometida com o sistema político-econômico brasileiro, fica patente o caráter de luta racial daquele episódio. Marinheiros eram tratados pelos oficiais com castigos corporais – chibatadas – semelhantes aos do período escravista. João Cândido, marinheiro negro, chefia o motim a bordo do “Minas Gerais”, toma a direção do navio e domina mais dois navios da Marinha brasileira e exige, para render-se, o fim dos castigos corporais (melhores condições de trabalho, tratamento igual para negros e brancos, além do fim da chibata que era um castigo oficial, revestido das formalidades típicas das forças armadas). A Marinha do Brasil concordou com as reivindicações. Os amotinados se renderam, e em seguida, assassinados. Embora paradoxal, foi grande a vitória do movimento: as condições de vida e trabalho melhoraram; “nunca mais um marujo sofreria a vexação de ser oficialmente chicoteado, haviam ganhado o respeito para a sua categoria, diz Maestro Filho.” (BETÚLIO, 1989, pg. 44)

Essa passagem da história nos mostra a negação da cidadania já relegada secularmente à população negra e o resultado de uma ação em prol de direitos básicos assistenciais. As teorias políticas por si só são insuficientes para discutir direito ao voto e cidadania, sobretudo ao não interseccionalizar essa discussão com raça. A discussão promovida por José Murilo de Carvalho em *Cidadania no Brasil* (2001), por exemplo, não aponta como as barreiras raciais impostas

historicamente à população negra afetaram o acesso ao voto e a construção da subcidadania desse segmento populacional. No mesmo sentido, Jairo Nicolau em *Eleições no Brasil* (2012) faz um trabalho cronológico sobre o acesso ao voto no Brasil sem apontar como a população negra sofreu impactos através de tantas restrições historicamente impostas.

Os sopros ideológicos do Haitianismo no Brasil nos fazem questionar que o medo da branquitude em perder o *Establishment* é o que reforçou por séculos no Brasil a integração desumanizada da população negra em uma sociedade de classes, e, nessa medida, nos ajuda a pensar que mesmo em um momento de abertura política com pressupostos democráticos, cidadania e raça ainda foram constantemente negligenciados.

CAPÍTULO III - A EMERGÊNCIA DO VOTO NEGRO

À luz do progresso e início da redemocratização, a Constituinte de 1988 veio para inaugurar a sedimentação da democracia em um país pós-ditadura. A redemocratização passa a ser nesse cenário uma tentativa de remodelação social, política, econômica no Brasil que após mais de vinte anos de ditadura buscava inaugurar um novo cenário democrático.

No entanto, apesar das novas reconfigurações políticas postas à época, algumas discussões aparecem com maior prioridade nos discursos parlamentares, em detrimento de algumas outras discussões que são apenas silenciadas, como por exemplo, o acesso à cidadania por parte da população negra.

Dado o contexto histórico de negação do direito político da população analfabeta, um aspecto chama atenção nos debates durante a Constituinte de 1988: O silenciamento da discussão sobre a cidadania da população negra, uma vez que ela está intrinsecamente ligada à negação do acesso ao voto por parte da população analfabeta. População esta que foi negligenciada no Brasil desde o Império como já apontando ao longo deste trabalho. Isso evidencia que a exclusão do direito ao voto aos analfabetos também é uma exclusão de cor.

É possível afirmar que a proibição do voto dos analfabetos no século XIX é um mecanismo utilizado para impedir o acesso à plena cidadania da população negra, sem que seja necessária a utilização de marcadores raciais, pois ao se proibir o voto das pessoas analfabetas, na prática proibiu-se o voto das pessoas negras. De forma que, a proibição do voto por parte das pessoas analfabetas foi utilizada pelas elites políticas como um subterfúgio racial para negar a cidadania da população negra sem explicitamente se falar em raça.

A construção da memória histórica por meio de uma narrativa branca afeta a identidade nacional e a própria noção de cidadania. O simbolismo da ideia da “queima dos Arquivos da Escravidão” realizada por Ruy Barbosa evidencia uma arquitetura de silenciamento sobre a escravidão e sobre as memórias elaboradas pelas lutas por direitos da população negra. Como sugere Duarte, Scotti e Carvalho Netto:

“O “episódio” sinaliza primeiramente um problema estrutural das demandas dos negros, o modo como a historiografia oficial sobre a construção da nacionalidade inseriu sua presença e suas lutas por reconhecimento. Sinaliza também as razões pelas quais a ideia de “apagamento da memória” constitui-se como elemento decisivo dos padrões de desrespeito para com esse grupo.” (DUARTE; SCOTTI; NETO, 2015, pg. 24)

Uma das grandes questões envolvendo as discussões sobre escravidão no Brasil é como discutir as demandas sociais atuais que necessitam de uma releitura do passado, o qual é negado ou relativizado na contemporaneidade. Superar o analfabetismo que é argumento recorrente durante os discursos parlamentares nas sessões para construção da Constituinte de 1988, evidencia o reconhecimento da necessidade de romper-se com o passado. No entanto, ignora-se o analfabetismo como um projeto racial de Estado mantido até a República, da mesma forma que se ignora a relação intrínseca e inata entre analfabetismo e raça, direito ao voto e cidadania.

A discussão sobre cidadania da população negra no Brasil como aponta Queiroz (2017), está na gênese do constitucionalismo brasileiro. De fato, anterior a 1823 já existia no Brasil uma ojeriza a participação política da população negra, como já foi apontado nesse ensaio, no entanto, a discussão sobre cidadania produzida naquela época, nos revela mais uma vez a face de descontentamento da elite em reconhecer a cidadania da população negra.

“(...) em nenhum momento da Assembleia se cogitou a possibilidade dos libertos, de qualquer ordem, acessarem a completude dos direitos constitucionais. Havia uma marcação racial, articulada com outros atributos, que afastava a população negra liberta do seu reconhecimento jurídico por inteiro. A chaga da escravidão, semioticamente expressa na raça, era inscrita no direito através de uma diferenciação: os libertos até poderiam ser cidadãos, mas cidadãos diferenciados, de segunda classe e apartados da sociedade branca. Era uma compreensão racista e desumanizante que permite essa desigualdade. Ou seja, em relação aos direitos políticos, tornava-se necessário segregar a partir de indivíduos marcados direta ou indiretamente pela escravidão; e numa sociedade originada dos fluxos decorrentes do encontro e da exploração colonial, essa marcação era cor de pele, a raça.” (QUEIROZ, 2017, pg. 166-167)

Chalhoub, em *The Politics of Silence* aponta que em 1871, antes da Lei do Ventre Livre, houve uma discussão de como o aumento da participação política de negros livres poderia impactar no processo eleitoral. O pensamento da época foi o mesmo que tomou conta dos discursos políticos em 1985 e impactou na configuração da Lei Saraiva. Esta autora afirma que os negros não seriam seres racionais e por isso não poderiam participar do arranjo político do país. Como resultado houve a negação do direito ao voto à população negra por meio da exclusão dos analfabetos e no estabelecimento de um *Establishment* político cada vez mais branco.

Todos esses marcadores históricos, como as discussões durante a elaboração da Constituinte de 1823, com vias a negar o reconhecimento da cidadania da população negra, bem como os debates antes da Lei do Ventre Livre (1871) sobre a participação política dos libertos como discute Chalhoub (2006), apontam para a intencionalidade das elites em negar a cidadania da população preta.

Os debates para a construção da Constituinte de 1988 no Brasil tiveram início em 1987 e foram finalizados em outubro de 1988, tendo com início o discurso do então Ministro José Carlos Moreira Alves, sobre a importância da constituinte de 1988, fazendo um panorama constitucional histórico passando pelas constituintes no Brasil Imperial, Republicana, Militar, apontando por fim um sentimento sobre a necessidade de romper com os desafios múltiplos de um Brasil pós-ditadura.

Nos dias que seguiram ao discurso de abertura da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães foi eleito para presidir as sessões da Constituição de 1988. Mesmo tendo apoiado o golpe de 1964 contra o Presidente João Goulart, ele se tornou uma das principais vozes no movimento Diretas Já, portanto defensor da redemocratização. Nos dias que sucederam a eleição, foi votado o Regimento Interno da Constituinte, e com isso deu-se início aos debates políticos.

Outro fator que novamente repercutiu em 1988 foi o silenciamento da discussão racial, embora ela esteja intrínseca nas legislações brasileiras, abordada através de leis transfiguradas como não raciais, mas que atingiram majoritariamente a população negra no Brasil, resultando na marginalização e na negação da conquista da plena cidadania. Observa-se também que tanto a discussão quanto a abordagem foi praticamente ignorada pelos parlamentares na Constituinte, exceto por uma parcela de parlamentares que embora não mencionem e/ou discutam raça, apontam para a necessidade de se superar as desigualdades sociais.

O primeiro discurso que cita o analfabetismo é o do Dep. Felipe Mendes – PSD/PI que se apresenta como nordestino, e segundo ele traz *“os anseios de um terço da população brasileira, onde se encontra metade dos analfabetos do país.”* (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1988)

A apresentação dos dados apontados na fala do parlamentar permite que façamos um cruzamento entre as pessoas analfabetas e a população moradora da região nordeste do país. Através da emenda nº 25 de 1985, os analfabetos passaram a ter direito ao voto, mas em caráter facultativo, o que ficou mantido na Constituinte de 1988 no art. 14. A partir disso é possível afirmar que o voto dos nordestinos passa a ter um peso considerável no sistema eleitoral, já que como na fala do parlamentar, é no Nordeste que se encontra metade dos analfabetos o Brasil.

Com isso o Nordeste se tornou, ao longo da história, a segunda maior região com eleitores, sendo decisiva em muitas eleições para escolha do Poder Executivo no Brasil. André

Singer, quando vai abordar o conceito de lulismo, especialmente no livro *“Os Sentidos do Lulismo”*, diz que uma das características da política brasileira nas últimas décadas foi a incorporação do voto nordestino, sobretudo das classes mais populares, na definição dos resultados das eleições. Marcos Queiroz aponta que refinando esses dados e percebendo o componente racial desse “voto nordestino”, é possível imaginar que há um impacto de fundo significativo para a população negra esse novo local assumido pelo Nordeste nas eleições.*

É possível extrair da fala de outros parlamentares que o Nordeste tornou-se uma das regiões brasileiras mais afetadas pelas desigualdades, como aponta o deputado piauiense Jesualdo Cavalcanti em 1987.

“Creio inexistir unidade nacional verdadeira ante a coexistência de dois brasis, separados e distanciados pela crueldade dos indicadores econômicos e sociais.”

“Um deles é o Nordeste, identificado por índices de pobreza degradantes. E onde há degradação da vida humana, por força da fome, do analfabetismo, das doenças e de outras mazelas próprias do subdesenvolvimento, pode medrar tudo, menos o sonho da liberdade, da justiça e da solidariedade. E claramente evidencia que a igualdade não foi assim tão igual para todos”. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1987).

A fala deste parlamentar sobre a existência de dois “Brasis” remete a argumentação de Bárbara Weinstein, quando ela descreve a noção do “outro” que havia nos discursos dos representantes paulistas que defendiam a separação do Brasil nos anos 30, baseados na relação de ojeriza que para além dos aspectos sociais também possui elementos raciais. Esta autora aponta que o Norte/Nordeste *“era consistentemente retratados como regiões atrasadas, ocupadas, principalmente por povos primitivos e degenerados.”* (WEINSTEIN, 1932, pg. 289)

Para além de tudo isso, discursos proferidos pelo Cearenses Mauro Sampaio e Osmundo Rebouças durante a Assembleia Constituinte ainda apontam para a existência de um olhar de como o Nordeste era o “outro”: Repleto de desigualdades econômicas e sociais. Uma região do país historicamente inferiorizada e racializada pelo olhar separatista paulistano. (WEINSTEIN, 2015)

“Todos sabem que, enquanto o Brasil se afirma como a oitava economia do Ocidente e quarto maior exportador de alimentos, o Nordeste se situa em igualdade de condições com as seis nações mais subalimentadas do mundo, do mesmo modo que

*Essa reflexão surgiu nas conversas de orientação com o meu orientador Marcos Queiroz, bem como através da análise de dados publicados pelo jornal El País nas seguintes matérias sobre as últimas eleições: “Bolsonaro é o preferido das muitas raças do Brasil, menos dos pretos (https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/25/politica/1540500511_296680.html); e “Bolsonaro divide o Brasil: arrasa nas cidades mais brancas e mais ricas (https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/29/actualidad/1540828734_083649.html)”.

também estão entre as maiores taxas mundiais seus índices de mortalidade infantil e de analfabetismo.”(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1987).

“No setor educacional, constata-se verdadeiro vexame em matéria de estatística. A região tem 51% dos analfabetos do País, mas recebe somente 16% do orçamento educacional. Adota-se certo tipo de política chamada regional. Tudo o que é aplicado no Nordeste recebe o rótulo de política de apoio regional ao Nordeste, enquanto os demais gastos feitos em outras regiões são rotulados de nacionais, embora tenham efeitos regionais diferenciados, concentradores de renda nas regiões mais ricas.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1988).

A autora Weinstein nos ajuda a elucidar a reverberação do imaginário o político dos anos 1930 ainda em 1988 com reforço dos próprios discursos parlamentares. As discussões sobre separatismo regional no Brasil trouxeram à superfície as tensões raciais existentes, bem como a relação entre os diferentes “brasis”. O discurso separatista alegava a necessidade de separar a região São Paulo do Norte/Nordeste. Weinstein apresenta uma das muitas argumentações dessa época, que nos revela mais uma vez a animosidade das elites dominantes contra a população nordestina e preta.

“Mas, em momentos de grande desespero, os separatistas deixaram cair totalmente o roto véu da cordialidade e recorreram a mais explícita forma de demagogia racial, como no manifesto lançado depois da derrota de outubro, alegando que era urgente a secessão, pois era melhor ser uma “nação pequena” do que continuar a ser “meros associados de uma terra inviável, dominada por mestiços que têm almas de escravos, e que estão a apenas um passo distantes dos seus ancestrais, cujos corpos foram escravizados aqui e na África...” O manifesto continua a descrever esses invasores rapaces como “simples associados duma pátria inviável, onde dominam mestiços de alma escrava, muito próximo ainda de paes cujo corpo também foi escravo por séculos — aqui e em Africa... filhos da senzala e da miséria, victimas de climas destruidores, encrostadas da ignorancia mais crassa, essa gente que já vae perdendo a forma humana, taes as desgenerescências phisicas que a assaltam...” E termina denunciando os “mestiços de escravos, sordida esculdalha brasileira, gerada nas senzalas, elles querem escravisar-te.” (WEINSTEIN, 1932, pg. 292)

Esse discurso ajuda a elucidar como as ideologias se perpetuam mesmo com o passar do tempo. O discurso sobre as desigualdades que pareceram *a priori* separar o Norte/Nordeste do país de outras regiões do Brasil trazem à baila uma tensão racial latente. A incorporação de elementos raciais apontando por Weinstein e o preconceito incutido na fala dos parlamentares confirma mais uma vez que a negação do voto aos analfabetos no Brasil, também era uma questão de cor, já que esses elementos estão historicamente entrelaçados.

Há uma intencionalidade das elites políticas na construção de um projeto constitucional com vias a exclusão da população negra. A negação do reconhecimento de cidadania apontada por Chalhoub (2006) é mais umas das artimanhas da branquitude a fim de realizar a manutenção da negligência e subalternização da população negra. A fala de Nivaldo Machado, advogado e pernambucano, evidencia um ponto notório:

“Vale ressaltar, ainda, a efetiva prática da universalidade do sufrágio, pois os analfabetos, com o voto podem recuperar a dignidade de cidadãos (...).” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1987).

O discurso do parlamentar comprova a ausência de cidadania da população analfabeta, que poderá ser reconstituída segundo ele somente através do voto. Evidencia-se nesse discurso o silenciamento provocado pelo não reconhecimento histórico sobre os “motivos” que levaram a exclusão e negação intencional da participação política da população negra e analfabeta.

Superar o analfabetismo e tantos outros problemas da época é um argumento notório na fala dos parlamentares da época, porém Raras são as vezes que a discussão sobre acesso ao voto, à cidadania e o elemento racial aparecem conjuntamente nos discursos. O que ajuda a confirmar a posição apresentada ao longo deste trabalho de que a exclusão dos analfabetos do direito político ao voto era uma forma de proibir a participação política da população negra, porém sem que fosse necessário para isso que o elemento racial fosse debatido de forma explícita.

As poucas falas que interligam analfabetismo e o elemento racial passam pelo crivo da superficialidade, como pode ser averiguado na fala do próximo parlamentar. O intrigante é que o passado como fonte histórica repleto de negações e perpetuações de desigualdade, não foi um véu que encobriu os discursos políticos nem ao menos como forma de discurso a fim de “justificar” o cenário político de 1988. A sensação ao ler os discursos políticos é que a Constituinte será o remédio para solucionar todos os problemas sociais no Brasil, ainda que os discursos passem longe de qualquer análise que interseccionalize (CRENSHAW, 2002) as questões nacionais com a exclusão racial. Dessa forma, segue a fala do paraibano Antônio Moriz, em 1987:

“No Brasil, ao longo de sua História, no Império e até a República, o povo estava reduzido à uma parcela ínfima da Nação. No Império, não votavam os escravos, os negros; não votavam os analfabetos; não votavam as categorias sociais mais carentes, pois que o voto censitário era marcado período; não votavam as mulheres. A medida em que se instaurou a República, avançou-se na ampliação da participação popular, na conceituação do povo para, após a Revolução de 1930, assegurar-se a cada um desses segmentos sociais o seu direito essencial, ínsito à própria pessoa humana, de votar, de deliberar, de participar, de exercer a soberania.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1987).

A superficialidade consiste em não apresentar informações que sejam completas durante o discurso. De fato foi em 1930 que as mulheres passaram a ter direito ao voto, mas esse ganho político se deu através de ações feministas, com o protagonismo de Berta Lutz. (ARAÚJO, 2003). Os analfabetos passaram a ter direito ao voto apenas em 1988, e foi a partir desse ano

que houve um aumento significativo do eleitorado negro, como aponta Alencastro e Berquó (1992).

O voto das pessoas analfabetas não é levado em consideração dentro do cenário político devido ao fato de que o analfabeto não é encarado pelos parlamentares como um agente político que possa fazer a “diferença” enquanto votante, ou que possa impactar o jogo político. Os discursos dos parlamentares apresentam algumas estatísticas que mostram mais de 30 milhões de analfabetos no Brasil, e mesmo assim esse contingente populacional não é considerada por esses mesmos parlamentares da “democracia representativa” como sendo atores políticos que possam vir a influenciar na configuração política do Brasil.

O discurso do sociólogo Dep. Augusto Carvalho aponta a importância da superação do analfabetismo como uma chaga que atrasa o desenvolvimento do Brasil:

“Neste sentido, nós, do Partido Comunista Brasileiro, convidamos a todos os patriotas, a todos os democratas a banir, de vez, essa vergonha nacional, essa vergonha de termos 30 milhões de analfabetos neste País e 8 milhões de crianças em idade escolar fora do sistema educacional.

“É por isso que temos de, definitivamente, inscrever, com o apoio da sociedade organizada, dos trabalhadores da área de ensino de 1º, 2º e 3º graus, o direito definitivo do nosso povo a essa conquista de toda a sociedade civilizada.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1987).

A fala do Deputado é sintomática, pois trata o analfabetismo como sendo uma vergonha nacional, mais do que isso, como sendo necessário que se erradique esse problema educacional no país. O momento para romper com um pensamento político racista durante a progressista Constituinte de 1988 não foi devidamente aproveitado, pois as visões eivadas de preconceito e discriminação mantiveram vários mecanismos discriminatórios dentro das legislações brasileiras.

O discurso do advogado piauiense Álvaro Pacheco indica a necessidade de um desenvolvimento educacional no Brasil que vise incluir e qualificar a população iletrada. No entanto, cai em contradição quando aponta que “a *democracia existe apenas nominalmente onde não haja pelo menos 75% de habitantes que saibam realmente ler e escrever*” e ao mesmo tempo, afirma ser um problema a concessão do direito ao voto dos analfabetos.

“Especialista em estatística da Organização dos Estados Americanos levou a efeito estudos de projeção do problema do analfabetismo nos países que compõem aquela instituição e chegou, quanto ao Brasil, a esta conclusão: se persistirem os índices atuais de crescimento demográfico, de evasão escolar e de repetência, o nosso País gastará três séculos para extirpar o quisto alarmante do analfabetismo. Nessa

avaliação estatística da Organização dos Estados Americanos não foi levada em consideração o número de professores, como tampouco o foram o seu preparo atual e a sua futura preparação, a falta de livros e a de material didático (mapas, lápis, quadros-negros etc). E ainda de levar em conta que os cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não consideram se não os analfabetos até quinze anos de idade porão o efeito de concluir que o nosso País contava, em 1980, com 19 milhões de analfabetos.

Como quer que seja, o importante, doloroso e fatal é que de nossos 970.213 professores primários, cerca de 22% não possuem diploma de 2º grau, e desses, mais ou menos 75% não concluíram o 1º grau. O Brasil não pretende alfabetizar por meio de analfabetos, mas é fácil imaginar os resultados de tal situação. Em um deles, apenas um: de mil alunos matriculados em 1971 na primeira série do curso de 1º grau, apenas 180 alcançaram a 8ª série, 120 chegaram ao 3º do 2º grau e 60 à primeira do 3º grau. Os dados que acabamos de citar são oficiais. Estamos convencidos de que o mais tormentoso dos problemas da educação nacional é o analfabetismo. Repitamos: o total de analfabetos com mais de quinze anos de idade abrange 31.600.668 pessoas; de 15 para baixo ninguém é havido por analfabeto, pelo menos por efeitos estatísticos sendo relevante que 25% da população brasileira não atingiram ainda aquela idade.

No momento em que se entoam tantos hinos democráticos, é oportuno lembrar que, segundo as maiores autoridades em sociologia política, a democracia existe apenas nominalmente onde não haja pelo menos 75% de habitantes que saibam realmente ler e escrever. Entretanto, o Brasil acaba de conceder o direito de votos aos seus analfabetos.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1988).

O discurso posto aponta para um olhar preconceituoso e limitador sobre a participação política dos analfabetos. Ora, como pensar uma sociedade democrática, como a Constituinte de 1988 propõe, negando-se o direito a participação política a uma grande parcela de sua população? No mínimo esta parece ser uma fala contraditória.

A fala de Percival Muniz demonstra uma das faces do conluio das elites políticas, ou seja, como aponta Alencastro (1992), uma forma de organização estratégica tendo por pressuposto pensamentos racistas, que visa delimitar o espaço de participação de uma determinada parcela da população como forma de manutenção da dominação.

“Não foi por acaso que a ditadura que nos infelicitou por mais de 20 anos, fez questão de massacrar o sistema educacional brasileiro.”

“Transformou um sistema que se afirmava e crescia, com a nítida tendência ao ensino público e gratuito, numa massa falida, onde o baixo nível de ensino, o mercado de diplomas e a colonização cultural campeiam à solta como política oficial.”

“Era preciso violentar a inteligência nacional para manter a força da ditadura. Era preciso amputar a consciência crítica e a criatividade da nossa juventude, pois, do contrário, tomaríamos nossos destinos em nossas mãos, jogando o autoritarismo na lata do lixo da História. Era necessário manter exércitos de analfabetos, cada vez maiores e mais alienados, pois assim se manteriam, mais facilmente, os currais eleitorais da Arena e depois do PDS”.

“Era necessário manter a maioria da nossa população analfabeta ou mal formada, pois as multinacionais, o capital financeiro e o capital monopolista nacional, exigiram mão-de-obra barata e sem senso crítico.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1987).

A fala de Luiz Alberto Rodrigues em 01 de Julho de 1988 aponta, mesmo que em suas entrelinhas e de forma superficial, a relação entre o passado e o presente do analfabetismo. Entretanto, não mobiliza as “motivações”, tais como a motivação histórica para negação do direito ao voto aos analfabetos. Seu discurso toca apenas em um reconhecimento de que o analfabetismo estaria relegado a um passado distante, que seria apenas um “estigma” a já superado.

“Quero deixar registrada nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte nossa homenagem àqueles que constroem a Uberlândia centenária. De outro lado, quero também fazer o registro da evolução na política educacional obtida pelo Plenário, ao votar a concessão de 18% de verba à educação, que, a nível constitucional, foi elevada a prioridade nacional absoluta. A Assembléia Nacional Constituinte mostra, assim, que o analfabetismo no País está relegado a um passado distante.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1988).

É possível elucidar através de todos os discursos até agora apresentados que o percentual de analfabetos e os déficits de educação foram tidos como um grande problema nacional, mas muitas vezes afastados da discussão sobre o seu impacto para a democratização do sistema eleitoral e político (especialmente para a população negra e para o Nordeste). Neste sentido, sugere-se aqui que esse afastamento se dá justamente porque os parlamentares não fizeram ou não quiseram fazer a ilação história entre a origem da exclusão dos analfabetos e suas respectivas consequências para o presente em termos de justiça e inclusão na democracia, especialmente para a população negra.

Uma questão que emerge da análise dos discursos é pensar como seria um Brasil com o reconhecimento da cidadania da população negra desde o século XVI? E como seria se os parlamentares tivessem trazido para o centro do debate tanto a questão da cidadania quanto o elemento racial, no mesmo ano em que se comemoravam cem anos de abolição? Da negação secular do direito ao voto emergiu no Brasil a cidadania incompleta relegando a população negra a uma posição de subalternidade e que nem as inúmeras lutas do Movimento Negro Brasileiro foram capazes de superar completamente.

Apenas em 03 de Junho de 1988, em meio a diversos assuntos apontados dos discursos parlamentares ao tomarem conta do microfone da Assembleia Constituinte, o carioca José Carlos Coutinho, fez um longo discurso que merece ser reproduzido *ipsis litteris*, o qual seria o único a fazer uma análise um pouco mais complexa sobre a condição da população negra no Brasil. No entanto, seu discurso não recebe atenção a ponto de receber réplica de argumentação por outro parlamentar, já que logo em seguida o Dep. Roberto D’ávila, toma a tribuna e discursa sobre as eleições municipais.

“Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao associar-me às comemorações que, este ano, assinalam o transcurso do primeiro centenário da Abolição da Escravatura, não poderia deixar de render meu mais respeitoso tributo à memória de todos os escravos que, em mais de três séculos de trabalho, sofrimento, violência e luta pela liberdade, representaram a raiz do desenvolvimento brasileiro, e contribuíram, de maneira decisiva, para deixar no espírito da nacionalidade os valores essenciais que constituem patrimônio de nossa civilização.

"O centro da perspectiva histórica", disse-o, com propriedade, Frédéric Rauh, "não está no passado, que se extingue, mas no presente que perpetuamente se renova."

Sob essa ótica, dispenso-me de recordar os fatos que consagram o Dia 13 de Maio como símbolo dos ideais de fraternidade e liberdade que formam e conformam a consciência nacional, como síntese das aspirações políticas e sociais de nossa comunidade, e episódio de superior relevo no tempo e no espaço do povo brasileiro.

Ao destacar, efetivamente, a importância da data para "o resgate da História e o respeito à identidade étnica e cultural dos negros", creio justo um esforço de reflexão sobre a situação em que se encontra, ainda hoje, a comunidade afro-brasileira, no que se refere à sua plena realização humana, ao seu direito ao bem-estar e à sua participação na vida do País.

E preciso reconhecer, sem prejuízo das elevadas motivações humanitárias e morais da data que celebramos, que "o ato abolicionista beneficiou mais à economia brasileira que ao brasileiro negro", o qual, saído da escravidão sem qualquer acumulação primitiva, colocado, por assim dizer, à margem do processo histórico, ainda luta para manter sua identidade contra resquícios discriminatórios, sem conseguir, "salvo tentativas isoladas bem-sucedidas, elevar-se na escala sócio-econômica, em igualdade de condições com representantes de outras etnias, em termos de renda, prestígio social e poder".

A realidade pós-abolicionista vivida pela comunidade negra evidencia, sem dúvida, as terríveis desigualdades sociais de que essa comunidade é vítima, embora tudo no Brasil esteja impregnado de africanidade e seja a presença afro "o capítulo mais vigoroso do processo cultural brasileiro".

Com plena consciência das limitações que lhe são impostas, o negro - cuja "alienação é um aspecto da manipulação que tem sofrido", desde os tempos coloniais - continua, repito, a luta com denodo, seja pela sua libertação definitiva, seja por uma justa ascensão social, seja com vistas à implantação de uma verdadeira democracia racial no País.

Num diagnóstico sombrio, vemos que o empobrecimento e o analfabetismo atingem, preferencialmente, a população não-branca, e o que "salta aos olhos, quando vislumbramos o lado rico e o lado miserável deste País, são os agrupamentos raciais instalados em cada um desses setores", eternizando o caráter racial da distribuição de renda, no qual os negros desempenham o papel de pobres e incultos.

Nas próprias relações de trabalho, comprova-se a discriminação contra o elemento negro, discriminação que aparece no recrutamento, na seleção, na admissão e na promoção de pessoas desse grupo étnico.

Contudo, como afirmou, com propriedade, o Professor Hélio Santos, se examinarmos a questão do negro em seu ângulo estritamente técnico econômico, chegaremos à conclusão de que não será possível viabilizar o País, se continuarmos desconsiderando parcela tão ampla de nossa população.

A questão racial, como afirmou o referido Professor, está conectada com outros problemas ainda não assumidos por inteiro pela coletividade brasileira, tais como a consolidação democrática, o processo de desenvolvimento e a identidade nacional.

Sr. Presidente, Srs, Constituintes, a celebração do Centenário da Abolição deve conduzir-nos à reflexão sobre o grande drama dos despossuídos, negros em sua imensa maioria, e levar-nos a uma nova e real interpretação sobre o papel dessa comunidade na História pátria.

Deve despertar a consciência nacional para a problemática do negro, 'para a necessidade de que se venha-a alterar a qualidade de vida desse contingente populacional, ainda hoje escravo da plutocracia econômica, da falta de empregos, da carência educacional, de inexistência de serviços básicos de saúde.

Necessário se toma transformar os dados dessa realidade, convertendo em poder de decisão e de participação a dimensão populacional desse segmento, num movimento benéfico para os rumos da vida brasileira.

A comemoração do Centenário da Abolição constitui, efetivamente, um forte motivo para a análise da condição do negro na atualidade nacional, sobre sua participação nos frutos do progresso - que é obra de todos.

Meditando, pois, sobre o episódio da Abolição - episódio que se engrandeceu por ter enfeixado em seu ideário os anseios nacionais permanentes de justiça e liberdade -, quero manifestar a certeza de que a Nação brasileira, com sua admirável capacidade de integração de raças, saberá, em benefício de todo o nosso povo, pôr termo à marginalização sócio-econômica e cultural que atinge nossos irmãos negros, convencido, como estou, de que a convivência fraterna entre os homens de todas as raças se inclui entre as mais nobres e elevadas conquistas da civilização.

Como afirmou o ex-Deputado Carlos Santos, uma das mais expressivas figuras de parlamentar e legítimo representante da comunidade negra, imensa deve ser nossa gratidão pela raça que:

"ajudou a construir a nacionalidade, raça que deus ao que deu ao Brasil todos esses predicados que o distinguem no meio dos povos civilizados, raça que tem afinal, através da História, tanto e tanto emoldurado os nossos foros de civilidade, raça mártir, que não fez do ódio nem da vingança ressonância de quatro séculos de cativeiro; ao contrário, beijou, quase diria, o chicote que a castigou, esqueceu a senzala que a segregou e aí está, através dos séculos, lutando com brasilidade, com patriotismo e com desenvoltura, ao lado dos irmãos de outras etnias, pela Pátria unida: Livre e democrática." (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1988).

O reconhecimento da necessidade de discutir raça no Brasil surge de forma completa em 1988 na fala de um parlamentar branco, que possivelmente adquiriu a "consciência" da importância desse debate através de experiências sociais, ou, até como se é possível perceber em seu discurso, com o conhecimento da personalidade ou talvez a proximidade com ex-Deputado Carlos Santos, o primeiro negro a ser eleito presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e a ocupar o governo do Estado do Rio Grande do Sul.

A reconstrução histórica feita neste trabalho desde o Brasil Império até o discurso na Assembleia Constituinte nos deixa alguns pontos concretos: O reconhecimento de que a cidadania da população negra no Brasil foi historicamente negada. O fato de que em 1988, com a adoção do voto dos analfabetos, a discussão sobre cidadania intrínseca a esse processo foi invisibilizada devido ao não reconhecimento histórico de negação preconceituosa sobre a participação de negros e analfabetos no sistema eleitoral.

As discussões apontadas na fala de alguns parlamentares nos trazem a perspectiva de um Brasil incapaz de romper com as desigualdades paralelas e o entrelaçamento entre o elemento racial e o analfabetismo, sinalizando que os problemas sociais no Brasil estão atrelados ao racismo.

A Constituinte de 1988 brinda o Brasil com muitos progressos, no entanto, o que é pertinente a esse trabalho, ainda resta questionamentos, tais como: Se a cidadania a população negra não tivesse sido negada historicamente qual seria o peso do voto negro no Brasil? Quais seriam as condições materiais e simbólicas de uma população que não tivesse sido fadada ao controle social pelas mãos das elites dominantes?

A construção de cidadania no Brasil posta por José Murillo de Carvalho peca ao não discutir a inclusão dos analfabetos e ao não racializar esse processo através da ótica da negação histórica da cidadania negra. Isso complexifica a dimensão multilateral sobre as dimensões da cidadania. E ainda na contemporaneidade, os direitos e conquistas da população negra têm lugar na luta dos movimentos sociais e ativistas, na busca pela cidadania plena dos direitos políticos, sociais e civis.

De forma que esse trabalho não se finda aqui, pois propõe abordagens e questionamentos que não se finalizam nessa pesquisa, mas que abrem um novo olhar sobre a necessidade de se firmar no passado para compreender o presente. Neste caso, a não integração intencional, historicamente realizada pelas elites, da população negra em uma sociedade de classes fez com que a população negra no Brasil, mesmo que maioria, não tenha alcançado um espaço de representatividade adequado no sistema político brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo trazer a dimensão histórica como suporte para legitimar as análises que demonstram as fissuras raciais existentes na sociedade brasileira no que diz respeito ao pleno acesso à cidadania por parte da população negra. No primeiro capítulo foi demonstrado como a negação do acesso ao sistema eleitoral aos analfabetos também foi uma questão de cor e como isso se reproduziu em outros contextos históricos até chegar a Constituinte de 1988.

Como posto ao longo do trabalho, a construção do imaginário político no Brasil Imperial, e no Brasil Republicano, sobre o direito ao voto dos analfabetos no Brasil, sobretudo durante o Império, construiu-se sobre uma ótica que explicitamente não era racial, mas na qual se foi imposto vários critérios excludentes para que se pudesse ter acesso ao sistema eleitoral. Critérios como “pureza de sangue”, renda, capacidade intelectual foram utilizados como justificativas para excluir os “desqualificados”. Irônico nesse processo foi observar que a exclusão incidia sobre a população negra.

A dimensão do medo como aporte metodológico, como propõe Célia Azevedo, nos ajudou a compreender as articulações intencionais das elites políticas através de pactos implícitos e conluios políticos (Alencastro, 2010), a fim de controlar a população negra através da construção de projetos políticos raciais como o imigracionismo e a miscigenação, como é apontado por Dora Bertúlio.

O controle social das elites dominantes sobre a população livre nasce na gênese das legislações brasileiras. A criação de leis como Lei das Terras, Código de Posturas, Lei de Vadiagem, Lei Saraiva, segregaram e marginalizaram com impactos semelhantes à população negra no Brasil. E a luta por cidadania, como exemplo a Lei da Vacina, aponta o cenário de repúdio da branquitude em ver um seguimento racial tornando-se político.

Na análise dos discursos dos representantes políticos na Assembleia Constituinte nos trouxe dimensões múltiplas, entre elas, a necessidade de se romper com um Brasil pós-ditadura, de forma, que a Constituinte veio com o objetivo de “sedimentar” esse processo. A questão pertinente a esse trabalho foi analisar os discursos parlamentares durante a Constituinte e observar como analfabetismo e o elemento racial se relacionavam, já que foram e ainda são historicamente intrínsecos um ao outro. Observou-se por parte dos parlamentares o não

reconhecimento da importância do elemento racial ao se rediscutir a inclusão dos analfabetos no sistema eleitoral e o quanto que essa exclusão e o não reconhecimento da importância dessa discussão enfraqueceram o acesso à cidadania por parte da população negra no Brasil.

Por fim, resta necessário se realizar um último movimento: o da refutação. Refutar, na conclusão dessa pesquisa, a imagem de um Brasil que se apresenta como uma democracia racial. Neste sentido, é preciso que se afirme a necessidade de se pense nas possibilidades do voto negro em um país ainda dividido em dois ou mais “brasis” nos quais a segregação racial é um pressuposto político. Pensar a emergência e o potencial desse voto e como ele poderia influenciar a concretização da ainda frágil e combatida democracia brasileira. Pensar, finalmente, um Estado no qual a cidadania e a representatividade da maioria de sua população não esteja à margem – onde a cidadania seja um direito pleno e não algo ainda a ser conquistado pelos seus diversos subcidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, L.; BERQUÓ, E. – A emergência do voto negro – Novos Estudos CEBRAP, n° 33, Julho 1992.

ALENCASTRO, Luiz – Parecer sobre cotas. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/03/24/cotas-parecer-de-luis-felipe-de-alencastro/>.

ARAÚJO, Rita – O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política.

AZEVEDO, Célia - Onda Negra, Medo Branco – O Negro no Imaginário das elites século XIX.

BERTÚLIO, Dora – Direito e Relações Raciais – Uma introdução crítica ao Racismo.

BRASIL. Constituição (1824) Constituição Política do Império Brazil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

BRASIL. Constituição (1824) Constituição Política do Império Brazil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

BRASIL. Constituição de (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

CAMARA DOS DEPUTADOS: Anais 1987 a 1988. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/prepara.asp?selDataIni=02/02/1987&selDataFim=05/10/1988&opcao=1&selCodColecaoCsv=R>.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHALHOUB, Sidney - The Politics of Silence: Race Race and citizenship in nineteenth-century Brazil.

_____. "Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio", Revista Brasileira de História, v.8, n. 16 (1988), pp. 83-105.

CRENSHAW, Kimberlé – A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero.

DINIZ, B. F. (2016). O discurso sobre a vadiagem na Praça da Sé (SP).

DUARTE; E.; SCOTTI; G., NETTO, M. – Ruy Barbosa e a queima dos arquivos: as lutas pela memória da escravidão e os discursos dos juristas.

FERNANDES, Florestan – A integração do Negro na Sociedade de Classes.

FERRADO; A.; LEÃO, M. - Lei Saraiva (1881) Dos argumentos invocados pelos liberais para exclusão dos analfabetos do Direito ao voto – Educação Unisinos, dez/2012.

MENDES, José – DESÍGNOS DA LEIS DE TERRAS: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império.

MOURA, Clóvis – Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas. 1981.

NICOLAU, Jairo – Eleições no Brasil – Jorge Zahar Editor Ltda, 2012.

QUEIROZ, Marcos - CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO E O ATLÂNTICO NEGRO: A experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana.

SANTOS, Myrian - A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana.

Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Perfil dos Eleitores- Pesquisa Nacional por amostra em Domicílios, 1988.

SINGER, André. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WEINSTEIN, Bárbara - Racializando as diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932.